

problemas e opiniões

Esta é uma coluna de debates. Não nos responsabilizamos pelas opiniões doutrinárias aqui emitidas.

argélia: conflito de duas França (I)

400 mil rebeldes mortos em combate, 600 mil civis sacrificados, 1 milhão e meio internados em campos de concentração (mulheres e crianças inclusive) — tal era o balanço, há um ano, de um conflito que os franceses, visando a evitar uma intervenção das Nações Unidas, insistem em considerar como de ordem interna. No total, aproximadamente um terço da população muçulmana da Argélia foi diretamente atingido.

Quais são os fatores que se encontram na base dessa situação? Que atitude assumiu o governo do general de Gaulle em relação a ela? Em que medida poderia a ONU concorrer para a pacificação? Tais são as questões que nos preocupam aqui.

Quatro são, a nosso ver, os fatores que não têm permitido que o problema argelino seja solucionado: a existência de colonos franceses radicados na Argélia, a posição do Exército em relação ao conflito, a questão do petróleo do Saara e as contradições internas da burguesia francesa. Analisemos cada um separadamente.

A população francesa na Argélia é de 1 milhão de pessoas, contra nove milhões de muçulmanos. Instalados ali há 150 anos, esses colonos habituaram-se a ser fração privilegiada, vivendo à custa do suor dos nacionais e gozando de uma série de favores por parte da administração colonial. Não podem, assim, admitir venha a nação a gozar de um novo estatuto político que importe na liquidação dos privilégios e vantagens de que usufruem. O governo francês, de sua parte, além da natural simpatia que dispensa aos colonos, teme que a independência da Argélia venha a provocar o êxodo dos franceses para a metrópole, a qual, enfrentando já o problema das novas gerações que atingem a idade de trabalhar, não teria condições para oferecer-lhes empregos em número suficiente.

Na realidade, nada nas tomadas de posição da Frente de Libertação Nacional leva a crer que a população francesa deva ser perseguida numa Argélia independente. Essa hipótese é tanto mais inverossímil se levarmos em conta o grau de dependência em que se encontra a economia argelina em relação à França, dependência e emancipação que forçariam as duas nações a manterem relações amistosas ainda por muito tempo. Nesse ínterim, seria possível aplinar as dificuldades que se não surgissem no que tange à integração da população de origem francesa às novas estruturas do país.

Cegos ante essa evidência, entretanto, os colonos franceses têm procurado impedir qualquer ati-

tude liberal do governo francês para com a Argélia.

Constituem assim o melhor suporte para os grupos fascistas — os ultras — e por duas vezes impuseram sua vontade à metrópole: com a manifestação em Argel, contra o primeiro-ministro Guy Mollet, em fevereiro de 1956; e no "putsch" de 13 de maio de 1958, que levou ao poder o general de Gaulle. Em janeiro de 1960, o fizeram uma vez mais, mas com sucesso apenas parcial, em virtude da atitude reticente do Exército. Este, que sempre os apoiara sem reservas, hesitou desta vez em hostilizar de Gaulle. Não resta dúvida, porém, de que a tendência dominante entre os militares é francamente contrária a uma solução liberal do problema.

Para isso contribuem diversas causas. Cobertos de vengonha em 1940, com o armistício franco-alemão, derrotados na Indochina em 1954, os militares franceses vêm na guerra da Argélia uma ocasião para se reabilitarem aos olhos da nação. Por outro lado, em guerra há vinte anos, a maioria dos seus oficiais graduados viveu, ultimamente, afastada da vida francesa, levando uma existência aventureira e primitiva, que faz com que ela despreze as comodidades e o conforto que, a seus olhos, aburguesou excessivamente seus compatriotas. O desprezo dos militares é restituído pelos civis com desconfiança e desdém face aos fracassos sucessivos em que o Exército incorreu nos últimos anos. Criou-se assim um abismo entre os militares e a massa do povo francês, agravado pela guerra da Argélia, que aparece a esta como um sacrifício inútil e aos primeiros como uma oportunidade de novas glórias e como um dever.

Efetivamente, derrotado na Indochina pelas técnicas da guerra revolucionária e psicológica (que se inspiram sobretudo em Mao Tse-tung), o Exército francês esforçou-se por assimilá-las, ado-

tando práticas tais como a lavagem do cérebro, a tortura e o apelo a uma ideologia revivificada. A questão da ideologia foi, aliás, decisiva; considerando-se a ligação existente entre a guerra revolucionária e a ideologia comunista dos que a aplicaram — chineses e indochineses — procuraram os teóricos militares franceses um antídoto e caíram numa simplificação grosseira, que desejava explicar todos os movimentos de libertação nacional que irrompem no mundo subdesenvolvido como manobras do comunismo internacional. Nessa perspectiva, o esforço dos patriotas argelinos lhes aparece como ação provocada por Moscou e Pequim. A consequência dessa tomada de posição é a aliança dos militares com a extrema direita fascista e com as frações mais reacionárias da Igreja Católica, o que, dada a importância de que goza o Exército na sociedade francesa, reforça consideravelmente as correntes que se batem pela manutenção do *status quo* argelino.

A importância do Exército se encontra ainda aumentada na França atual por duas razões. A primeira é uma decorrência da explosão demográfica ali registrada a partir de 1946. Com uma população que aumenta de 400.000 pessoas por ano e que ostenta um dos mais altos índices de crescimento da Europa, a economia francesa enfrenta no momento o problema de oferecer trabalho às novas gerações que atingem a idade adulta. Sem dúvida, a cessação das hostilidades na Argélia lhe permitiria realizar um esforço maior de investimento, que resultaria na criação de novos empregos. Enquanto isso não se faz, porém (e, como veremos, toda uma parcela da burguesia é contrária a uma tal política, que modifica de alto a baixo as estruturas atuais), a saída para o impasse é dada pelo Exército, que se converte no esconduro natural para os jovens e impede assim crises sociais de maior envergadura. Não

é outro, aliás, o motivo que tem levado o governo a descejar estender o tempo de duração do serviço militar.

A segunda razão diz respeito ao petróleo do Saara e exige que nos detenhamos nela com maior atenção. Assinalemos, inicialmente, que o mercado francês se encontra sob o domínio do cartel internacional, de que a França participa através da Companhia Francesa de Petróleo, a qual dispõe de concessões no Oriente-Médio. A ausência de petróleo em grande quantidade no território francês fazia com que essa situação fosse favorável ao país. A descoberta, porém, de petróleo no Saara e a exploração intensiva a que foi submetido modificaram os dados da questão. Podendo vir a cobrir praticamente todo o seu consumo com petróleo adquirido a preço de custo (inferior portanto ao preço ditado pelo cartel) e, o que é mais importante, pago em moeda nacional — e não em divisas, a França defrontou-se com o problema de integrar o petróleo saariano no cartel.

Ninguém ignora que o mercado de petróleo está constantemente ameaçado de superprodução, que só não atinge caráter crítico em virtude das medidas malsanas adotadas. Como admitir a exploração de novas fontes? Insistem em produzir seu próprio petróleo, a França vê-se a braços com o problema de distribuí-lo no mercado interno e de exportar os excedentes. A solução não poderia ser senão uma: afrontar a má vontade do cartel e entrar em competição, quicá em conflito, com seus distribuidores em território francês e no estrangeiro. Uma tentativa para pô-la em prática, por intermédio da criação de uma sociedade de economia mista tipo Petrobrás — a Sociedade Industrial de Petróleo (Sip) — resultou, porém, grave crise governamental, que culminou com a demissão do ministro das Finanças, Antoine Pinay, defensor dos interesses do cartel.

Em que, entretanto, a questão do petróleo saariano influi sobre a situação do Exército? Vale a pena insistir nesse ponto, já que ele nos explica por que, ao contrário do que sucedeu no Brasil, a solução nacionalista ao problema do petróleo foi combatida na França por todos os grupos de esquerda. A razão é simples: o território do Saara, hoje incorporado à França, tem sido reivindicado pelas nações da África do Norte — Marrocos e Tunísia. Enquanto a Argélia continua sendo propriedade francesa, pode a França entretanto rechaçar tais reivindicações e, mais do que isso, manter ali uma cabeça de ponte militar capaz de defender seus interesses. No momento, porém, em que, rompendo com o cartel, passasse a depender intelualmente, para seu abastecimento, do petróleo saariano, essa cabeça de ponte passaria a ter importância vital. A consequência, pois, da solução nacionalista para o petróleo seria a eternização da presença francesa na Argélia, por

intermédio de um Exército incumbido de defender suas fontes de abastecimento. Não sendo ela aplicada, o problema não adquire caráter tão crítico e se torna possível entrar em acordo com as nações norte-africanas — e eventualmente com uma Argélia independente — a fim de regularizar a situação.

Reside aí a causa de um certo desinteresse por parte dos capitalistas franceses pela SIP, que encontrou seus mais ardentes defensores nas camadas menos progressistas da burguesia e da pequena burguesia, pondo a nu a crise que lavra atualmente no interior das classes dominantes do país. Essa crise é uma decorrência das modificações por que passa a economia francesa, na febre da modernização e reequipamento de que foi possuída após a guerra e que vem ocasionando a substituição das antigas estruturas fundadas na propriedade familiar por estruturas de caráter francamente e monopolístico.

Os setores que comandam o processo (siderurgia, indústria automobilística, etc.) procuram através dele adaptar-se às condições do imperialismo moderno, promovendo a concentração industrial no interior do país e a formação de vastos cartéis internacionais, — política que tem sua melhor expressão no Mercado Comum europeu. Inversamente, aquelas frações da burguesia que se revelam incapazes de fazer frente à mudança, desejam a conservação do antigo sistema, no qual a exploração das colônias era peça mestra.

Dessa maneira, há toda uma parcela da burguesia que se opõe à independência da Argélia e, juntamente com a pequena burguesia, se associa ao Exército e aos colonos para formar a base sociológica da ação dos ultras. Os armadores, defendendo o monopólio do pavilhão; os plantadores e comerciantes de algodão, que se beneficiam do pacto colonial; os industriais que dispõem de superpreços e de mercados fechados, tais como os ligados à indústria elétrica, têxtil, mecânica — eis alguns dos principais setores que se batem pela continuação da guerra.

O "putsch" de 13 de maio de 1958 e a volta ao poder do general de Gaulle foram obra dessas forças, que viam nele o homem forte capaz de levar a cabo sua política suicida. Paradoxalmente, os setores mais avançados da opinião — operários, estudantes, intelectuais, burguesia monopolista — encaram de Gaulle como a pessoa indicada para impedir a guerra civil e pôr termo ao conflito argelino.

Dois anos após esses acontecimentos, o noticiário internacional nos mostra um de Gaulle combatido, simultaneamente, pela esquerda e pela direita, e uma guerra da Argélia que se eterniza. Que se passou, nesse ínterim?

(Continua)

ruí mauro marini

problemas e opiniões

Esta é uma coluna de debates. Não nos responsabilizamos pelas opiniões aqui emitidas.

argélia: conflito de duas franças (2)

rui mauro marini

Levado ao poder por um mal entendido, o governo de Gaulle vem-se caracterizando por sua ambiguidade. Apoiado por forças heterogêneas e vontades contraditórias, sua gestão tem sido uma sucessão de avanços e de marcha-rés, de balões de ensaio, de compromissos, de capitulações. Sem dúvida, de Gaulle tem uma idéia em espírito, sobre o que deve ser feito na Argélia, e procura pô-la em prática. É imprescindível procurar compreendê-la antes de seguirmos adiante.

Analisando tudo o que foi dito e feito por de Gaulle em relação à Argélia nos últimos dois anos, é possível concluir que sua intenção consiste em superar o problema tal como se encontra colocado, pela criação de novas condições econômicas e políticas. O que vale dizer que se trata de uma solução a longo termo, cuja execução requer tempo. Sua realização depende, entretanto, da cessação das hostilidades, isto é, está condicionada a uma solução a ser obtida em curto prazo.

O propósito de suscitar novas condições econômicas na Argélia, que liquidem o subdesenvolvimento e retirem, assim, ao impeto revolucionário as bases objetivas sobre as quais se assenta, está consubstanciado no chamado plano de Constantina, lançado por de Gaulle em 1958. Trata-se de um plano global de desenvolvimento, que dá ênfase particular à industrialização e à reforma agrária. Muito se tem escrito sobre esse programa, a maioria dos especialistas tendendo a considerá-lo como insuficiente para realizar os objetivos que se propõe. Na realidade, no que diz respeito à industrialização, o plano privilegia excessivamente a

indústria ligera e dá preferências às pequenas e médias empresas (oficinas de montagem, de reparação, etc.), destinando para isso investimentos que mobilizam pouca mão-de-obra — quando se sabe que a taxa de crescimento demográfico da Argélia é das mais elevadas. Até o momento, existe somente um grande projeto em execução na indústria de base — o do complexo siderúrgico de Bón, mas cuja importância para a emancipação econômica do país é duvidosa, tendo-se em vista tratar-se de uma unidade de produção que funciona exclusivamente para o mercado francês.

Quanto à reforma agrária, as estatísticas oficiais anunciam 150.000 hectares distribuídos dos 250.000 previstos inicialmente. São contadas aí, entretanto, as distribuições feitas desde 1956 (quando o plano só entrou em execução em 1959), muitas das quais compreendem terras situadas em zona de guerra, que não podem, pois, ser ocupadas pelos beneficiários. De qualquer maneira, a própria previsão de 250.000 hectares parece exageradamente modesta, se considerarmos que o número de famílias camponesas necessitadas de terras atinge a 1 milhão, o que supõe, como quantidade razoável, um montante de 3 milhões de hectares a distribuir.

Seja qual for, entretanto, o valor técnico do plano, a realidade é que os resultados colhidos, após ano e meio de execução, não são dos melho-

res. O que se explica facilmente, se levarmos em conta que ele procura aplicar-se a um país assolado pela guerra, que não oferece de imediato qualquer estímulo aos investimentos privados franceses e cuja luta pela independência só pode desencorajá-los. Seu êxito está pois condicionado à solução política que for encontrada para o problema.

O esforço de de Gaulle nesse terreno tem sido o de suscitar uma terceira força, que transcenda o dilema independência argelina-integração da Argélia à França, em torno do qual vem girando o conflito e que neutralize, assim, simultaneamente, à Frente de Libertação Nacional e os ultras da extrema-direita. Para isso, tem procedido a uma série de reformas institucionais e administrativas, que preparem terreno para a nova estrutura política, e realizado eleições, através das quais se cristalizou a elite política que deverá dirigir o país.

Efetivamente, os dois termos da questão são interdependentes, já que o novo esquema institucional só se tornará realidade na medida em que existirem quadros mulçumanos capazes de fazê-lo funcionar. Ora, a quase totalidade dos quadros existentes militam ou simpatizam com a FLN. As eleições realizadas têm-se constituído em verdadeiros fracassos, devido quer a manipulações fraudulentas quer à ausência de candidatos representativos, quer a abstenções em massa do corpo eleitoral (notadamente nas cidades, onde a coação militar se exerce mais facilmente). A guerra aparece, pois, como um obstáculo à execução do plano político concebido por de Gaulle, e uma vez mais nos defrontamos com a necessidade de fazer cessar o combate.

Uma decisão nesse sentido só pode surgir de um acordo entre as duas partes conflitantes — o governo francês e a FLN. E é essa a razão pela qual, malgrado sua vontade de superar o problema atual, de Gaulle não tem podido furtar-se ao diálogo com os patriotas argelinos, embora até o momento não haja chegado a entabular negociações diretas. Anualmente, porém, progressos foram feitos nesse sentido. Assim, em 1958, propôs-lhes a «paz dos bravos», que os comentaristas mais apressados interpretaram inicialmente como uma proposta de armistício. As exigências acrescentadas pelo governo, ulteriormente, mostraram tratar-se, no contrário de um pedido de rendição incondicio-

nal, que, como tal, foi rejeitado pela FLN. Em 1959, de Gaulle reconheceu ao povo argelino o «direito de autodeterminação», e nisso obteve da FLN adesão imediata. Concordando, porém, quanto ao fundo, as duas partes divergiram sobre a forma de pôr em prática a autodeterminação: a FLN fazia ver que a negociação entre ela e o governo francês deveria compreender, não somente discussões sobre o aspecto técnico e militar do cessamento das hostilidades, mas também sobre as condições políticas da aplicação da autodeterminação, no que não foi atendida. Tais condições diziam respeito, essencialmente, à retirada do exército francês por ocasião do referendo em que o povo argelino deveria pronunciar-se sobre seu destino; à presença de observadores internacionais (mais especificamente das Nações Unidas) no referendo; e à fixação da data deste.

Não se tendo chegado a acordo, a guerra prosseguiu como antes e a FLN procurou obter novas adesões no estrangeiro à sua causa. A delegação enviada a diversas capitais de importância obteve acolhida particularmente atenciosa em Pequim. Rumores circulam sobre a consecução de um acordo de assistência militar entre argelinos e chineses. O recelo de uma intervenção vermelha na Argélia levou o governo francês a aceitar a hipótese de uma negociação direta. A fim de preparar essa negociação, franceses e argelinos designaram representantes, os quais se reuniram em Melun, em abril de 1960.

Os contatos foram rápidos e terminaram em fracasso, o governo francês mostrando-se disposto a não transigir em nenhuma de suas teses relativas à aplicação da autodeterminação. A ameaça de uma aliança entre argelinos e chineses tomou corpo, só não se concretizando em virtude dos obstáculos representados pelos aliados árabes da FLN — Marrocos e Tunísia (notadamente a Tunísia, que se mostrou disposta a unir-se politicamente ao FLN e a atrair assim para o seu país os ataques franceses, o que representaria a internacionalização do conflito e tornaria possível uma intervenção das NU).

X X X

Tal era, em vésperas dos debates de dezembro na ONU, a situação. Como nos outros anos, a FLN enviou delegações a diferentes países — entre os

quais o Brasil — a fim de aliciar votos, e desfechou ofensivas militares de grande vulto, destinadas a demonstrar que sua capacidade de resistência continuava intacta. O governo francês, de sua parte, repetindo o que fizera em ocasiões semelhantes, quando lançara as fórmulas da «paz dos bravos» e da «autodeterminação», anunciou medidas espetaculares, de modo a impressionar os países hesitantes e ganhar os votos dos inocentes úteis.

Falou-se, assim, em trégua unilateral, em constituição de um Executivo provisório na Argélia, em referendo. Uma propaganda organizada se esforçou por demonstrar que continuava nas mãos de de Gaulle a solução do problema, e que uma intervenção das Nações Unidas, recomendando a realização de um plebiscito que permitisse ao povo argelino manifestar sua preferência, só poderia perturbar a marcha dos acontecimentos.

O Brasil foi um dos países que se deixou envolver por essa manobra, votando contra o quarto parágrafo do projeto afro-asiático (que encarregava às Nações Unidas a atribuição de organizar, superintender e controlar o referendo na Argélia). O restante do projeto, que reconhece anodidamente ao povo argelino «o direito à autodeterminação e à independência», mereceu da delegação brasileira magnânima abstenção.

Não soubemos, pois, ver que uma recomendação onusiana em favor do plebiscito teria influenciado no conflito em que são partes as duas Franças — a França colonialista e retardatária e a França do progresso e dos ideais republicanos — reforçando as correntes que se batem por uma solução liberal do problema. Ignoramos, igualmente, que tal solução não pode resultar de uma concessão unilateral de de Gaulle, mas só é viável na medida em que for fruto de um diálogo entre a FLN e o governo gaulista.

O referendo realizado na semana passada, que exprimi uma vez mais o desejo do paz que anima o povo francês, veio pôr a nu essas evidências. Só adquirirá valor concreto se de Gaulle não se estribar para, impondo silêncio aos ultras, colonos, militares e demais forças reacionárias, entabular negociações diretas com os patriotas argelinos, de maneira a fazer, com que surjam, as condições que tornarão uma realidade a autodeterminação.